



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*

RELATÓRIO FINAL DO  
PLANEJAMENTO DO PROJETO SOFTWARE LIVRE  
DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Fortaleza, 30 de maio de 2008

**Governador**

Cid Ferreira Gomes

**Vice-Governador**

Francisco José Pinheiro

**Secretária do Planejamento e Gestão**

Silvana Maria Parente Neiva Santos

**Secretária Adjunta do Planejamento e Gestão**

Desirée Custódio Mota Gondim

**Secretária Executiva**

Lúcia Cidrão

**Coordenadora da Assessoria de Estratégias de  
Tecnologia da Informação (Aseti)**

Lúcia Viana Bezerra

**Articuladores**

Regina Estela Benevides de Lima

Ana Lúcia Pereira Gomes

**Analista de Gestão de Tecnologia da Informação**

Denise Maria Norões Olsen

Ricardson Rodrigues Sampaio

Josefina Lídia Heikel Abdala

**Apoio e suporte administrativo**

Antônia Soares de Freitas

-----  
**Análise Técnica**

REGINA ESTELA BENEVIDES DE LIMA  
-----

**Comitê Gestor de Software Livre (CGSL)**

Regina Estela Benevides de Lima – Seplag – Coordenadora do CGSL

Lícia Viana Bezerra – Seplag - Suplente

José Auriço de Oliveira – Etice- Coordenador Adjunto

Vera Lúcia Carneiro de Sousa - Suplente

**Membros**

João Alcides de Oliveira Guerra – Seplag - Titular

Helder Ferreira de Andrade – Seplag - Suplente

Francisco Carlos Soriano Moraes – Gabgov – Titular

Edelson Mendes Vilanova e Silva – Gabgov - Suplente

Vicente Soares Neto – Casa Civil – Titular

Raimir Holanda Filho – Secitece – Titular

Elpídio Farnney Forte e Silva – Secitece - Suplente

Cláudio Régis Silva Barbosa – Sefaz – Titular

Eduardo Freitas Aguiar – Sefaz – Suplente

Francisco Valdizar Forte – Cee – Titular

Luís Eduardo de Sabóia – Cee – Suplente

José Thomé da Frota – Seduc – Titular

José Clerton Evelmo Farias Júnior – Seduc – Suplente

Francisco Augusto de Andrade Maia – Sesa – Titular

Alan Rebouças de Paiva – Sesa – Suplente

Henrique Luna Revoredo – Arce – Titular

Filipe Medeiros Rangel – Arce - Suplente

José Valdir Freire – Cagece – Titular

André Luiz Barbosa de Paula – Cagece – Suplente

Francisco José Magalhães Pinto – Detran – Titular

Bernardino Gonçalves Jucá Magalhães – Detran - Suplente

Delinda Maria Almeida de Oliveira – Cidades – Titular

Agenor Bezerra Nunes Júnior – Cidades – Suplente

José Alcy Pinheiro Júnior – Pge – Titular

Francisco Mauricélio Araújo Mariano – Pge – Suplente

Marcos Gil Costa de Carvalho – TJ – Titular

Francisco Moacir da Silva Medeiros Júnior – TJ – Suplente

Antônio Cláudio de Castro Rodrigues – Tcm – Titular

Antônio Leal Sobrinho – Tcm – Suplente

Francisco Heron de Carvalho Júnior – UFC (convidado)

## Sumário

I. Introdução .....	5
II. Metas definidas no planejamento .....	6
III. Planos de Ação definidos no planejamento .....	8
IV. Fatores Limitantes definidos no planejamento .....	8
V. Considerações Finais .....	9
VI. ANEXOS:	
Anexos I .....	10
- Detalhamento das Metas, Plano de Ação e Fatores Limitantes definidos no planejamento	
Anexo II .....	11
- Documentos utilizados no Seminário de Planejamento do Projeto Software Livre	
Anexo III (Base Legal) .....	12
- Decreto Estadual no. 299/2008 – institui o uso de software livre e estabelece as diretrizes da política e do comitê gestor de software livre.	
- Portaria no. 229/2008, de 05 de maio de 2008 – designa os membros do comitê gestor de software livre	
- Minuta da Resolução que dispõe sobre o uso de software livre e dá outras providências (em processo de publicação no Diário Oficial)	

## I. Introdução

Este documento tem como propósito apresentar o resultado do **Seminário de Planejamento do Projeto Software Livre do Governo do Estado do Ceará**, realizado no Hotel Golden Tulip late Plaza, em Fortaleza, nos dias 10 e 11 de abril de 2008, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), por meio da Assessoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação (ASETI), e do Comitê Gestor de Software Livre (CGSL). O Projeto Software Livre tem como base legal a diretriz de Governo de “Adotar e incentivar o uso preferencial de software livre”, regulamentada pelo do Decreto Estadual de nº 29.255, de 09 de abril de 2008, que institui o uso de software livre e estabelece as diretrizes da política e do CGSL.

Além do objetivo principal de realizar o planejamento do projeto software livre com a participação dos atores envolvidos no processo, focado no estabelecimento de Metas e elaboração de Planos de Ação, esse seminário teve como objetivos específicos o alinhamento e envolvimento dos gestores aos objetivos estratégicos do Governo e o direcionamento macro para a elaboração de planos de migração dos ambientes computacionais proprietários para software livre pelos órgãos e entidades estaduais.

O planejamento teve como público alvo os órgãos e entidades do Poder Executivo, representados por seus gestores de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e técnicos, no total de 54 órgãos e entidades, além de representantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), Tribunal de Justiça do Estado (TJ), Assembléia Legislativa (AL), Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), os quais contribuíram para o alcance dos resultados. A empresa Bureau Informática conduziu os trabalhos dos 100 (cem) participantes, juntamente com os facilitadores voluntários dos órgãos e entidades estaduais.

A metodologia utilizada foi participativa com as atividades distribuídas entre os 7 (sete) grupos de trabalhos formados. Cada grupo de trabalho estabeleceu Metas e Planos de Ação para uma determinada ação prioritária. No final de cada fase do planejamento os grupos apresentaram suas propostas em plenária para aprovação dos demais participantes.

Na primeira parte deste relatório são apresentados os resultados e as considerações gerais sobre o planejamento. No anexo I estão descritas as Metas, Planos de Ação e Fatores Limitantes em sua totalidade, os quais deverão nortear a elaboração e a execução dos planos de migração para software livre pelos órgãos e entidades estaduais. Nos demais anexos, II e III, são apresentados, respectivamente, como documentação complementar, os documentos utilizados nos seminário e as publicações oficiais que balizam o Projeto Software Livre do Governo do Estado.

## II. Metas definidas no planejamento

As Metas foram definidas com base em 7 (sete) Ações Prioritárias das Diretrizes da Política de Software Livre (Decreto Estadual de nº 29.255, anexo III). Para a escolha dessas ações prioritárias, usou-se como critério a importância da participação dos gestores de TIC na construção das Metas e no desenvolvimento dos Planos de Ação.

Para cada Meta estabelecida, foram definidos os resultados esperados, indicadores de resultados, Meios de Verificação e Responsável, conceituados da seguinte forma:

**Metas:** São objetivos mensuráveis a serem alcançados dentro de uma data estabelecida. É representada por: objetivo + mensuração + prazo.

**Resultado Esperado:** Reflete o objetivo da Meta, o que se espera alcançar.

**Indicador de Resultado:** Fórmula que permite mensurar o Resultado. Serão utilizados como métricas para medir a evolução do projeto.

**Meios de Verificação:** Instrumentos e informações que permitem identificar os resultados alcançados.

**Responsável:** O nome do responsável pela Meta.

Durante o planejamento os grupos de trabalhos elaboraram 23 (vinte e três) Metas para o Projeto Software Livre, organizadas em suas respectivas Ações Prioritárias. São elas:

Ação Prioritária 1: Elaborar e executar planos de migração de softwares que já tenham soluções compatíveis no mercado.

**META 1: 100% dos órgãos / entidades com plano de migração elaborado para soluções de sistema operacional para servidores, ferramenta de colaboração e de suíte de escritório até 30/11/2008.**

**META 2: 100% dos órgãos / entidades com plano de migração elaborado para soluções de sistema operacional para estações de trabalho até 30/06/2008.**

**META 3: 90% das estações de trabalho migradas para BrOffice.org até 30/06/2009.**

**META 4: 100% dos órgãos / entidades utilizando ferramenta de colaboração livre compatível com gmail / horde até 30/06/2008.**

**META 5: 80% dos servidores com sistema operacional Linux até 31/12/2010.**

**META 6: 70% das estações com sistema operacional Linux até 31/12/2010.**

Ação Prioritária 2: Elaborar e executar o plano de migração gradativa do legado de sistemas e programas para soluções em software livre.

**META 7: 100% dos órgãos / entidades com plano de migração de sistemas aplicativos e programas legados elaborados até 30/06/2009.**

**META 8: 100% dos órgãos / entidades com todo e qualquer crescimento do legado de sistemas e programas baseados em software proprietário contido a partir de 30/06/2008.**

**META 9: 100% dos sistemas e programas legados, indicados no plano de migração, em plataforma livre, até 31/12/2012.**

Ação Prioritária 3: Realizar capacitação de profissionais da área educacional na utilização de ferramentas de software livre como forma de disseminar o software livre nas ações sociais

**META 10: Capacitar 100% do público alvo software livre até 31/12/2010: profissionais da área educacional, administrativa e de pesquisa.**

Ação Prioritária 4: Incentivar e fortalecer as parcerias com instituições públicas e privadas.

**META 11: Estabelecer / fortalecer parcerias com 80% das prefeituras para programas de inclusão digital até 31/12/2010.**

**META 12: Estabelecer / fortalecer parcerias com 90% das universidades públicas e privadas para projetos de extensão relacionados com a inclusão sócio-digital através do software livre até 31/12/2009.**

**META 13: Estabelecer / fortalecer parcerias com as instituições participantes do seminário para criação de fóruns sobre software livre para inclusão digital até 30/06/2009.**

**META 14: Estabelecer / Fortalecer parcerias com pelo menos 30 entidades do setor privado / ONGs para projetos de inclusão sócio-digital através do software livre até 31/12/2010.**

Ação Prioritária 5: Disponibilizar infovias e equipamento, tais como ilhas digitais e telecentros, com software livre.

**META 15: Definir uma política de conexão livre que garanta uma sustentabilidade de longo prazo de 100% dos pontos de inclusão digital até 31/07/2009**

**META 16: Implantar em 100% dos municípios do Ceará pontos de inclusão digital com software livre até 31/12/2010**

**META 17: Definir uma política que garanta a continuidade do uso de software livre em 100% nos PIDs até 31/12/2009.**

Ação Prioritária 6: Realizar programas de conscientização e mudanças para a cultura de software livre.

**META 18: Conscientizar 100% da alta gestão (secretários, presidentes, diretores, superintendentes) do projeto até prazo 31/12/2008**

**META 19: Promover campanha educativa em 100% dos órgãos / entidades da Administração Pública Estadual (APE) até 31/12/2010**

**META 20: Promover campanha informativa em 100% dos órgãos / entidades da Administração Pública Estadual (APE) até 31/12/2010**

**META 21: Criar a Comunidade de SL com 2% dos servidores e / ou colaboradores do serviço público até 31/12/2009**

**META 22: Fomentar a participação de 50% de gestores e técnicos de TIC em eventos relacionados à SL até 31/12/2010**

Ação Prioritária 7: Promover cursos para capacitar os profissionais de TIC.

**META 23: Capacitar 80% dos profissionais de TIC e usuários de sistemas até 31/12/2010.**

Conforme resultado apresentado, o planejamento priorizou a execução das Metas referentes à ação prioritária de elaborar e executar planos de migração de softwares que já tenham soluções compatíveis no mercado. Para tanto, deverá ser publicada uma resolução do Conselho Superior de Tecnologia da Informação e Comunicação (CSTIC) para normatizar o uso dos softwares livres nas áreas de banco de dados, sistemas operacionais para servidores e estações de trabalho, suítes de escritório, colaboração (correio eletrônico) e gestão de conteúdo na Internet.

Quanto à migração dos sistemas e programas em plataformas proprietárias para software livre, o planejamento definiu a elaboração de planos baseados em análise de custos e benefícios, e, caso constatada a sua viabilidade, esses sistemas e programas deverão ser migrados de forma gradativa, conforme especificidade de cada órgão / entidade.

As demais Metas desse planejamento contemplam ações de capacitação, infra-estrutura tecnológica e parcerias para viabilizar os projetos tecnológicos.

O documento com o detalhamento das Metas apresentadas encontra-se no anexo I deste relatório.

### III. Planos de Ação definidos no planejamento

Durante o planejamento foram realizados os desdobramento das Metas em Planos de Ação, compostos pelas atividades a serem desenvolvidas e os seus respectivos responsáveis e prazos de conclusão.

Esses planos de ação deverão ser utilizados pelo CGSL como cronogramas macros de acompanhamento da execução das Metas. Caberá a cada órgão / entidade estadual desdobrá-los posteriormente em sub-atividades para implantação de seus planos de migração.

O documento com o detalhamento dos Planos de Ação encontra-se no anexo I deste relatório.

### IV. Fatores Limitantes definidos no planejamento

Após a elaboração dos Planos de Ação, foram relacionados os Fatores Limitantes com suas respectivas Ações Corretivas, relacionadas à cada Meta elaborada. Conceitua-se como Fator Limitante um fato que possa impedir a execução de uma determinada atividade, e como Ação Corretiva a providência a ser tomada para eliminar ou mitigar o Fator Limitante.

Essa fase do planejamento propiciou aos grupos de trabalho uma reflexão sobre as ações que deverão ser adotadas para garantir o alcance dos planos estabelecidos.

Ressaltamos, a seguir, os principais Fatores Limitantes que poderão comprometer a implantação do Projeto Software Livre:

- Recursos (orçamentários, financeiros e humanos) insuficientes para desenvolver os planos de migração para software livre;
- Baixa dotação orçamentária para capacitar todos os profissionais de TIC e usuários;
- Baixo comprometimento do nível estratégico;
- Desconhecimento por parte dos técnicos das soluções livres a serem contempladas no plano de migração;
- Disponibilidade de tempo dos servidores públicos para participar das comunidades de software livre;
- Alta rotatividade dos profissionais de TIC (terceirização);
- Falta de estrutura organizacional dedicada e permanente para implantar e dar suporte em software livre no Governo do Estado (nos âmbitos corporativo e setorial);
- Parque tecnológico insuficiente para manter ambiente paralelo provisório para diferentes tecnologias;
- Elevada demanda de novos projetos por parte dos gestores dos órgãos / entidades;
- Considerável grau de resistência no que se refere à mudança de tecnologia ou de ferramentas de trabalho;
- Dificuldade em auditar o cumprimento das Metas;
- Inexistência de Modelo do plano de migração com instruções aos órgãos / entidades.

Os Planos de Ações elaborados contemplam os Fatores Limitantes apresentados pelos grupos de trabalho. No entanto, é necessário uma atenção maior a esses fatores para intensificar os projetos a serem implementados nesse novo ambiente computacional.

O documento com a relação completa dos Fatores Limitantes, com suas Ações Corretivas, encontra-se no anexo I deste relatório.

## V. Considerações Finais

O Seminário de Planejamento do Projeto Software Livre teve a participação integral dos órgãos e entidades estaduais, os quais demonstraram por meio dos trabalhos realizados por seus representantes, alto comprometimento para a implantação desse projeto. Alguns órgãos e entidades já apresentam casos de sucesso na plataforma de software livre em suas instituições, os quais contribuirão como modelos para os demais órgãos / entidades.

Durante o seminário foram desenvolvidos Planos de Ação referentes as 7 (sete) Ações Prioritárias apresentadas. No entanto, o Projeto de Software Livre não deve se limitar aos planos elaborados nesse seminário, devendo as demais ações contempladas na Política de Software Livre serem planejadas e executadas pelas entidades competentes \_ Etice, Seplag e órgãos / entidades estaduais, para a efetiva implantação desse projeto.

Caberá ao CGSL acompanhar e avaliar a execução do planejamento realizado por meio dos indicadores de resultados, os quais possibilitarão obter métricas para o projeto.

Ressaltamos, também, a importância do comprometimento dos gestores máximos dos órgãos e entidades estaduais, no sentido de apoiar a implantação desse novo ambiente computacional, bem como alocar os recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários.

Finalizando, recomendamos a elaboração do Planejamento Estratégico de TIC pelos órgãos e entidades estaduais, visando a intensificação e a viabilização dos planos de migração para software livre.

## ANEXO I

Detalhamento das Metas,  
Plano de Ação e  
Fatores Limitantes definidos no planejamento

## ANEXO II

### Documentos utilizados no Seminário de Planejamento do Projeto Software Livre

## ANEXO III

### Base Legal